

d. Compete aos integrantes das Secretarias de Estado e OSP Intervencionados

1) Contribuir nas atividades de identificação e avaliação dos riscos inerentes aos processos sob sua responsabilidade;

2) Comunicar tempestivamente os riscos inerentes aos seus processos, não mapeados anteriormente, e

3) Apoiar os gestores na elaboração dos planos de ação necessários para o tratamento dos riscos.

7. PRESCRIÇÕES DIVERSAS

a. Assim, da análise dos documentos de referência e das reuniões realizadas, conclui-se sobre a necessidade de se efetuar um acompanhamento dos objetivos estratégicos, dos processos das Secretarias do GIFRJ e do Processo de Transição na Área de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro.

b. Portanto, há necessidade de boa definição das metas de esforço para os OE (planejamento), a fim de se poder efetuar a medição do progresso físico dos alcances dos OE (execução).

c. No GIF, a gestão dos riscos será realizada de forma individualizada, conforme o Anexo C - Tratamento de Riscos Prioritários. O GIFRJ também adotará planilhas impressas para registro de dados de gestão de riscos e controles.

d. O Interventor Federal definiu como diretriz que os integrantes do Gabinete de Intervenção não estão autorizados à aceitação de riscos extremos, cabendo ao Comitê Estratégico de Gestão de Riscos e de Avaliação e Acompanhamento do Plano Estratégico da Intervenção Federal essa decisão.

ANEXOS:

A - Portfólio de Riscos

B - Riscos Prioritários (TOP 5)

C - Tratamento dos Riscos Prioritários

1 - A ISO 27000:2014 define o proprietário de risco como uma "pessoa ou entidade com responsabilidade e autoridade para gerenciar um risco." Basicamente, é uma pessoa que está tanto interessada em resolver um risco, quanto posicionada hierarquicamente de forma a ser capaz de fazer algo a respeito. Ao escolher *proprietários de riscos*, deve-se ter em mente alguém que seja próximo aos processos e operações onde os riscos foram identificados isto é, alguém que está muito interessado em prevenir que tais riscos aconteçam. Contudo, esta pessoa deve, também, estar posicionada hierarquicamente de forma que suas opiniões possam ser ouvidas por aqueles que tomam as decisões, porque se não obtiver os recursos esta tarefa será impossível.

ANEXO A - PORTFÓLIO DE RISCOS

GABINETE DE INTERVENÇÃO FEDERAL - RJ PERÍODO DE INTERVENÇÃO FEDERAL (4º trimestre de 2018/1º semestre de 2019)

O Prio	Código do Risco	Processos/Objetivos	Riscos	P	I	Resultado	Classificação do risco
1º	R1	Processo de Compras Governamentais	Retardo na devolução dos ajustes/correções apontadas pela SA/GIFRJ nas requisições de bens/serviços	5	4	20	ALTO
2º	R2	Objetivos Estratégicos (OE) previstos no Plano Estratégico da Intervenção Federal (PEIF)/2ª Edição	Execução parcial das Metas e Planos de Ação previstos no PEIF	3	4	12	MÉDIO
3º	R3	Plano de Preparação da Transição	Descontinuidade do Legado da Intervenção Federal	3	4	12	MÉDIO
4º	R4	Processo de Compras Governamentais	Inexecução da aquisição devido às interferências (judicialização e outros) dos atores intervenientes no processo.	3	4	12	MÉDIO

O Prio	Código do Risco	Processos/Objetivos	Riscos	P	I	Resultado	Classificação do risco
5º	R5	Processo de Compras Governamentais	Descumprimento das cláusulas contratuais avançadas, para o fornecimento de bens e prestação de serviços.	3	4	12	MÉDIO
6º	R6	Plano de Preparação da Transição	Baixo comprometimento das esferas de governo partícipes do Processo de Transição (orçamento/gestão do conhecimento)	3	3	9	BAIXO
7º	R7	Processo de Compras Governamentais	Baixa efetividade do processo administrativo, sancionatório do fornecedor, em razão do prazo de tramitação.	3	3	9	BAIXO
8º	R8	Plano de Preparação da Transição	Comprometimento da imagem Institucional do GIFRJ devido a frustração da expectativa da população	2	4	8	BAIXO
9º	R9	Plano de Preparação da Transição	Articulação limitada entre as estruturas civis e militares com as quais a Intervenção Federal se relaciona.	4	2	8	BAIXO

O Prio	Código do Risco	Processos/Objetivos	Riscos	P	I	Resultado	Classificação do risco
10º	R10	Plano de Preparação da Transição	Limitada capacidade de trabalho dos Grupos de Trabalho das Secretarias de Estado e OSP intervencionados para implantação das ações do Plano de Transição	4	2	8	BAIXO
11º	R11	Plano de Preparação da Transição	Reduzida efetividade na execução orçamentária dos recursos federais para a Intervenção Federal.	2	4	8	BAIXO
12º	R12	OE previstos no PEIF (2ª Edição)	Falta de alinhamento dos OE e metas (médio prazo) das Secretarias de Estado e OSP intervencionados com os previstos no PEIF	2	4	8	BAIXO
13º	R13	Plano de Preparação da Transição	Falta de alinhamento dos Planos Setoriais, Táticos e Operacionais dos OSP com o Plano Estratégico das Secretarias de Estado intervencionadas.	2	4	8	BAIXO
14º	R14	Plano de Preparação da Transição	Pouca efetividade dos canais técnicos, de caráter consultivo, entre o GIFRJ e as Secretarias Intervencionadas.	4	2	8	BAIXO

